



número 122 - Setembro 2007

NOSSA OPINIÃO

- Povos Indígenas a caminho da justiça

BRASIL: VITÓRIA HISTÓRICA DOS POVOS INDÍGENAS

- A reconquista da terra pelos Tupinikim e Guarani
- "... E somos contra esse progresso da morte"
- Próximos passos na luta indígena: a re-ocupação do território e a reconversão do eucalipto

CONDIÇÕES DE TRABALHO E IMPACTOS NA SAÚDE EM PLANTAÇÕES DE ÁRVORES

- As condições de trabalho nas plantações: uma questão de saúde
- Uruguai: a triste situação dos trabalhadores florestais
- África do Sul: condições trabalhistas e o sistema de contratação de mão-de-obra nas plantações de madeira
- Malásia: paraquat "barato" às custas da saúde dos trabalhadores

ÁRVORES GM NA CERTIFICAÇÃO FSC

- A posição do FSC sobre árvores GM não é nada clara

NOSSA OPINIÃO

- Povos Indígenas a caminho da justiça

Os Povos Indígenas atingiram uma importante vitória junto às Nações Unidas. Após mais de 20 anos de negociações, no dia 13 de setembro a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou finalmente a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A votação acabou com uma esmagadora maioria de 143, e é importante identificar- e desonrar- os governos dos únicos quatro países que votaram contra: Austrália, Canadá, Nova Zelândia e os Estados Unidos. Esses governos, que fingem ser promotores dos direitos humanos no mundo todo, têm mostrado assim que não estão dispostos nem sequer a reconhecer os direitos dos povos indígenas de seus próprios países.

Mesmo que não seja um instrumento legal vinculante, a Declaração constitui um avanço muito importante, que estabelece os direitos individuais e coletivos dos povos indígenas- que totalizam cerca de 370 milhões de pessoas- bem como seus direitos à cultura, identidade, língua, emprego, saúde, educação e outras questões.

Obviamente, existem importantes obstáculos para a implementação de tal instrumento e, como a presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas- Sheikha Haya Rashed Al Khalifa- alertou “mesmo com esse progresso, os povos indígenas ainda enfrentam marginalização, extrema pobreza e outras violações dos direitos humanos.”

O que nos leva à segunda vitória que gostaríamos de compartilhar: a dos povos indígenas Tupinikim e Guaraní contra a gigante produtora de celulose Aracruz Celulose no Brasil. Durante mais de 40 anos, suas terras têm estado nas mãos da Aracruz- uma empresa noruego-brasileira- que destruiu suas aldeias, os despejou de suas terras, desmatou a floresta e transformou a terra em plantações de eucaliptos. Após décadas de luta, no dia 27 de agosto, o ministro da Justiça finalmente reconheceu essas terras (14.277 hectares) como pertencentes aos povos indígenas.

É importante salientar que a ocupação dessas terras por parte da Aracruz tem sido ilegal e descumpriu a Constituição do Brasil quanto aos direitos territoriais dos povos indígenas. Contudo, o poder econômico e político da empresa imperou durante anos para que o governo ignorasse isso. Foi a longa luta dos Tupinikim e Guaranís, apoiada por um grande número de organizações no Brasil e no exterior que finalmente obrigou o governo a cumprir com sua própria legislação.

Os detalhes dessa luta são resumidos nos artigos abaixo, no intuito de compartilhar a experiência desses povos com os muitos outros povos que lutam por seus direitos. Ao mesmo tempo, convém frisar- no contexto da recentemente aprovada Declaração das Nações Unidas- que até o instrumento vinculante de maior força legal- a Constituição Nacional- neste caso apenas foi aderido em decorrência da luta dos povos.

Isso significa que os Povos Indígenas ainda enfrentarão enormes desafios para garantir que seus direitos sejam completamente respeitados e que os governos cumpram a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Mas essas duas vitórias- uma em nível internacional e a outra em nível local- provam que a vitória é possível. Está na hora de celebrar!

Texto na íntegra da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas disponível em:
http://www.bmf.ch/files/news/UN_Declaration_Rights_of_Indigenous_Peoples.pdf

[início](#)

BRASIL: VITÓRIA HISTÓRICA DOS POVOS INDÍGENAS

- A reconquista da terra pelos Tupinikim e Guaraní

Introdução

No dia 27 de agosto de 2007 o Ministro da Justiça, Tarso Genro, assinou as portarias de delimitação das Terras Indígenas Tupinikim (14.227 ha) e Comboios (3.800 ha), totalizando 18.227 ha.

Pelas portarias, o governo brasileiro reconhece que as terras são tradicionalmente ocupadas pelos Tupinikim e Guaraní e que nos últimos 40 anos estavam ocupadas ilegalmente pela Aracruz Celulose.

Foi uma vitória da resistência indígena contra o poder econômico e político da empresa e de seu múltiplos aliados. Uma vitória da vida e uma derrota, ainda que localizada, da monocultura e do deserto verde. Uma vitória ainda da solidariedade nacional e internacional que anima e enche de esperança a todos aqueles que lutam por seus direitos e acreditam na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nestes últimos 40 anos nem os sucessivos governos, nem a empresa, conseguiram quebrar esta resistência. O uso da força policial, acordos ilegais e compensações financeiras não foram suficientes para impedir as comunidades

índigenas de continuarem a lutar pela recuperação de suas terras e pela garantia de um território autônomo sem a dependência econômica que a empresa sempre tentou impor a eles.

A luta de resistência

O processo de ocupação das terras indígenas pela Aracruz Celulose iniciou-se no final dos anos 1960 e rapidamente provocou profunda desestruturação nas formas sociais, econômicas e culturais, principalmente dos Tupinikim, quase levando-os ao extermínio. De imediato ocorreu a expropriação de suas terras e a destruição de quase todas as aldeias (das quase 40 restaram apenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios). A substituição das matas nativas por eucaliptos inviabilizou práticas tradicionais de subsistência. Córregos e riachos secaram e os poucos que restaram tiveram suas águas poluídas pelos agrotóxicos utilizados pela empresa.

Cercados pelos eucaliptos e com poucas alternativas de sobrevivência econômica os Tupinikim e Guarani decidiram agir. Em 1980, em plena ditadura militar, realizaram a primeira auto-demarcação de suas terras e recuperaram 6.500 ha. No ano seguinte um acordo entre os militares e a empresa reduziu as mesmas para 4.491 ha.

Em 1993, os índios reivindicaram da FUNAI a ampliação das terras. Estudos do órgão, realizados entre 1994 e 1997, reconheceram o direito e a necessidade de uma ampliação das terras em mais 13.579 ha. Porém, novamente o governo brasileiro submeteu-se aos interesses da empresa e determinou, em 1998, a demarcação de apenas 2.571 ha.

Revoltados com a decisão do governo os índios realizaram a 2ª Auto-demarcação. Quando estavam próximos da conclusão da demarcação dos 13.579 ha o governo federal determinou a intervenção da Polícia Federal. As aldeias foram ocupadas pela polícia, apoiadores da causa indígena foram presos e processados e os caciques levados à Brasília e lá obrigados a assinarem um Acordo ilegal com a empresa. Em troca da redução das terras receberam compensações financeiras.

Sete anos depois os Tupinikim e Guarani decidiram romper este Acordo. No dia 19 de fevereiro de 2005, cerca de 350 indígenas, reunidos numa Assembléia Geral, com o tema "Nossa Terra, Nossa Liberdade", decidiram pela retomada dos 11.009 ha em poder da Aracruz Celulose.

No dia 17 de maio iniciaram a 3ª Auto-demarcação. Poucos dias depois reconstruíram as aldeias Olho D'Água e Córrego do Ouro, duas das quase 40 aldeias destruídas pela empresa no final da década de 60.

Ao mesmo tempo, o Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF-ES) instaurou um inquérito civil público, o qual constatou várias ilegalidades na demarcação de 1998. Em seguida, enviou recomendações ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça para procederem a demarcação dos 11.009 ha restantes.

A partir daí, os índios realizaram uma seqüência de ações, todas com o objetivo de exigir do Ministério da Justiça o cumprimento das recomendações do MPF-ES.

Ainda no ano de 2005 ocuparam as fábricas da Aracruz Celulose durante 2 dias, uma ação organizada pela Comissão de Caciques com ampla repercussão internacional.

Em janeiro de 2006 os índios foram surpreendidos por uma violenta operação da Polícia Federal para cumprir uma decisão judicial de reintegração de posse em favor da empresa. Esta ação, considerada irregular pelo MPF-ES, resultou na destruição das aldeias Olho D'Água e Córrego do Ouro e no ferimento de 13 indígenas. Uma das principais irregularidades apontadas foi a participação ativa da Aracruz Celulose, autora da ação judicial e portanto beneficiada pelo cumprimento da mesma.

A operação policial foi um “tiro no pé” do governo federal e da empresa, dado a sua repercussão internacional e por causa da ação movida pelo MPF-ES contra a União por conta das inúmeras irregularidades. O governo federal tratou logo de corrigir o erro. Em reunião pública na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, o então Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, prometeu concluir a demarcação dos 11.009 ha até o final de 2006.

Porém, o processo administrativo continuou a caminhar lentamente. Os índios então, decidiram novamente realizar ações de grande impacto. No mês de setembro/2006, durante 15 dias, fizeram o corte e a queima de 100 ha de eucalipto para demonstrar que, ao contrário das acusações, não estavam interessados nos eucaliptos e que a luta era pela recuperação das terras. A reação da empresa foi imediata. Uma campanha difamatória e racista contra os índios invadiu as ruas, as escolas e o comércio da cidade de Aracruz, envolvendo também empresas da região. Outdoors são colocados nas ruas principais da cidade com dizeres racistas e ofensivos aos índios. Duas grandes passeatas foram realizadas, uma em Aracruz e outras na capital do estado, Vitória. Uma ação do MPF-ES, acolhida pela Justiça, condenou a empresa por crime de racismo e difamação obrigando-a a recuar. Porém, a campanha já havia conseguido jogar parte da população de Aracruz contra os índios.

Abalados, mas não intimidados, os índios ocuparam o porto por onde é exportada a celulose da empresa (Portocel) para intensificar a pressão sobre o Ministro da Justiça. Mas, a empresa conseguiu mobilizar cerca de 1500 trabalhadores seus e de empresas terceirizadas para retirar os índios à força, quase provocando um massacre dos indígenas.

No mês de janeiro de 2007 o ex-Ministro da Justiça, apesar de dispor de todos os elementos necessários para assinar as Portarias de Delimitação das terras indígenas, devolveu os processos para a FUNAI para que o órgão buscasse um entendimento (acordo) entre as partes. A FUNAI, por sua vez, recusou-se a cumprir esta determinação, mas a Justiça Federal da cidade de Linhares(ES) decidiu assumir esta tarefa e intimou as partes para celebrarem um acordo sobre as terras. Após duas tentativas, frustradas pela firme posição dos índios, o processo de negociação é encerrado e a decisão sobre a disputa é remetida novamente para o poder executivo.

No dia 5 de julho deste ano a FUNAI remeteu o processo para o Ministério da Justiça e desta vez o Ministro, num ato de muita firmeza e habilidade política, assinou as portarias garantindo aos Tupinikim e Guarani os direitos sobre os 11.009 ha de terra, pondo fim a uma disputa de quase 40 anos. Alguns dias antes os índios haviam reconstruído novamente as aldeias de Olho D'Água e Areal como mais uma prova da sua resistência, coragem e determinação.

Por: Fabio Martins Villas, fabio.villas@bol.com.br, Fase/ES and Rede Alerta contra o Deserto Verde

[início](#)

- “... E somos contra esse progresso da morte”

-Werá Kwarai

Djagwareté, coordenador da Comissão de Caciques Tupinikim e Guarani, declarou emocionado quando festejavam o reconhecimento das terras indígenas: *“Há dois anos atrás nos reunimos aqui mesmo, nessa aldeia Pau Brasil para festejar o final dos trabalhos da auto demarcação de nossas terras. Naquele dia o povo bateu tambores, cantou, dançou e comeu...Hoje de novo estamos aqui, na aldeia Pau Brasil, comendo, dançando, cantando e batendo tambores, agora para comemorar a confirmação pelo governo brasileiro de que a terra pela qual tanto lutamos, durante mais de 30 anos, nos pertence de fato, e de direito.”*

Segundo ele, *“A assinatura da portaria demarcatória pelo ministro da justiça, Tarso Genro, confirmando os 11 mil hectares como terras indígenas, fecha um ciclo de 40 anos de lutas (...) Agora começa uma outra batalha, a da recuperação da nossa terra tomada por eucaliptos da Aracruz Celulose”.*

Os indígenas não se cansam de lutar pela conquista da "Terra Sem Males", lugar de *"muito bicho, muita caça, muita água e muita mata."* Sabem, entretanto, que *"a luta ainda não acabou."* Com certeza ainda terão que se confrontar outras vezes com a gigante Aracruz Celulose, que se mantém irredutível na idéia de que a sua monocultura de eucaliptos beneficiou as comunidades indígenas, trazendo o progresso para o Estado.

O cacique Guarani Werá Kwarai faz a crítica dessa concepção de progresso ao dizer: *"Muitas vezes somos chamados de preguiçosos e incapazes. Acusam a gente de impedir o desenvolvimento. Nós somos a favor do progresso da vida e contra esse progresso da morte". (...)* *Se a empresa quiser fazer um "papel bonito" - como diz em suas propagandas - ela não pode continuar comprando os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. O 'papel bonito' não se faz à base de cloro - que deixa a celulose com a brancura exigida pelo mercado consumidor - mas se faz com base na justiça e no direito".*

Quando iniciaram a retomada, se questionavam sobre o plano que teriam para os 11.009 hectares de terras reivindicadas: *"O que fazer com uma terra tomada pelos eucaliptais?"* Durante os últimos dois anos, em meio a todo o conflito, discutiram a reconversão e trocaram experiências com quilombolas, pequenos agricultores e outros indígenas, de como resistir ao "deserto verde". Agora, quando perguntados eles respondem: *"são muitos os planos que temos para nossa terra, entre eles o reflorestamento e a recuperação das nascentes, mas fundamental é a reconstrução de algumas aldeias que existiram, antes da chegada da empresa (...)* *Vamos levar nossos avós para ver o lugar que é deles, porque já somos a terceira geração na luta... Nossos avós já lutaram, eles são os primeiros que resistiram e permaneceram na terra"*, afirmou com visível emoção Vilma, tupinikim e neta de um desses pioneiros.

Os Tupinikim e Guarani já estão reconstruindo as aldeias e já começaram a reflorestar suas terras com espécies nativas, e querem repovoar as matas com os bichos que ali habitaram. Desejam viver em harmonia com a natureza, o que até então lhes havia sido negado com a destruição das suas matas e rios, e *"a poluição do ar e das mentes"*, como alguns deles ironizam.

O cacique Tupinikim, Sezenando lembra que eles ainda deverão discutir um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Esse "ajustamento" é condição para que a demarcação da terra seja efetivada. O debate, segundo ele, *"vai determinar o início e as condições da retirada da madeira, já que o governo federal declarou não ter dinheiro para a indenização da empresa Aracruz Celulose"*. Os indígenas não querem de novo ser os grandes prejudicados nessa disputa, pois *"tivemos os recursos naturais do nosso território destruídos pela empresa"*.

Tanto os Tupinikim quanto os Guarani avaliam que o recomeço *"não será uma etapa fácil, já que nós índios não seremos indenizados e, atualmente, já sofremos com a falta de recursos e a falta de políticas públicas específicas para as áreas indígenas."* *"Queremos nossas terras para não ficar dependendo de cesta básica, de esmola ou de algum empreguinho na cidade"*, declaram. Mas eles se animam quando falam das perspectivas de projetos para a área e afirmam que *"as comunidades unidas farão o resgate das tradições nas terras devolvidas"*.

Eles estão convictos de que a vitória *"é símbolo da força dos movimentos sociais diante de empresas transnacionais como a Aracruz Celulose, que causam inúmeros impactos negativos às populações locais"*, nos diz Vilmar, liderança tupinikim. E nós da Rede Alerta contra o Deserto Verde completamos: a vitória foi da justiça, fruto da organização e da luta dos movimentos - indígena e não indígena - feita com força e com persistência. Os indígenas deram um exemplo a toda sociedade brasileira e deram um recado para as grandes multinacionais, mostraram que elas não são um capital invencível. E como manifestou uma apoiadora: *"Podemos dizer que eles, os indígenas, são os novos civilizadores"*.

Texto: Arlete Pinheiro Schubert, e-mail: arleteschubert@ig.com.br, Fase/ES and Rede Alerta contra o Deserto Verde

(depoimentos colhidos na Festa da Vitória das comunidades indígenas, ocorrida no dia 7 de setembro de 2007 na

- Próximos passos na luta indígena: a re-ocupação do território e a reconversão do eucalipto

Se a luta pelos 11.009 hectares de terras indígenas dos Tupiniquins e Guaranis, em mãos da maior exportadora de celulose de eucalipto do mundo, a Aracruz Celulose, já tem sido um grande desafio, a re-ocupação deste território e a reconversão do eucalipto existente na área para um outro uso da terra talvez sejam desafios ainda maiores. Nos últimos 40 anos, mais de 90% da área tem sido ocupada e explorada pela monocultura de eucalipto, causando a degradação dos inúmeros córregos e rios na área, matando peixes e contaminando a pouca água que restou para os índios beberem, tomarem banho e lavarem roupas. O desmatamento que antecipou o plantio de eucalipto acabou com a grande riqueza dos índios e das índias: a mata atlântica, com suas inúmeras madeiras, plantas medicinais, caças, frutas, matérias-primas para artesanatos tradicionais, dentro outras.

As condições para a re-ocupação do território dependerá, num primeiro momento, do conteúdo de um acordo chamado TAC – *Termo de Ajustamento de Conduta* –, que será redigido pelo Ministério Público Federal e tem como participantes a empresa, índios, 6ª-câmara e Ministério da Justiça. Este TAC tem como objeto as benfeitorias na área, sobretudo as plantações de eucalipto. Firmar este TAC é importante para evitar que a empresa entre na justiça, o que ela tem declarado constantemente, já que isso poderia inviabilizar a conclusão do processo de demarcação das terras indígenas. Uma vez que o governo entende que a Aracruz plantou os eucaliptos de boa fé, a empresa teria legalmente direito a uma indenização – *apesar de que isso não corresponda com o que ocorreu na época, conforme podem testemunhar os índios que presenciaram a invasão da área pela Aracruz* –. A Aracruz tem estimado o valor das benfeitorias na área em R\$ 98 milhões, mas o governo federal, por sua vez, tem declarado que não dispõe de recursos para indenizar a empresa e por isso, sugere que os próprios eucaliptos plantados entrem na negociação. Outras benfeitorias existentes e objetos de negociação são linhas de transmissão de energia, um ramal ferroviário e parte do complexo hidráulica.

Enquanto a empresa certamente exigirá a retirada de todos os eucaliptos da área, deixando uma paisagem literalmente devastada para os Tupiniquins e Guaranis, os índios querem dispor de condições para que possam trabalhar nas terras conquistadas, sendo que os termos finais do TAC definirão essas condições. Com a celebração do TAC, o processo demarcatório pode ser concluído. Este processo consiste ainda na demarcação física da área - colocando os marcos -, a homologação da área pelo Presidente da República, e o registro das terras em cartório, declarando que elas são da União e do usufruto exclusivo dos Tupiniquins e Guaranis.

Até o momento, os Tupiniquins e Guaranis têm apresentado as seguintes propostas para concretizar a re-ocupação do território:

- Em primeiro lugar, conforme têm ocorrido nas duas últimas retomadas realizadas desde 2005, os Tupiniquins e Guaranis pretendem reconstruir as aldeias destruídas no passado pela invasão da Aracruz na área. A aldeia Olho D'Água, reconstruída recentemente, já conta com 4 famílias Guaranis que vivem no local. Em torno das casas de madeira e barro, cobertas de palha, erguidas no meio do eucaliptal, os Guaranis estão limpando a área para dar início ao plantio de alimentos. A presença no local de uma das poucas nascentes que conseguiu sobreviver ao desastre ambiental do plantio da monocultura de eucalipto animou os Guaranis para começar a viver neste local e recuperar esta antiga aldeia. Outras aldeias para onde irão os próximos moradores será Areal. Certamente, muitas outras aldeias seguirão e assim os índios poderão resgatar sua ocupação tradicional da região, com bastantes aldeias e cada uma com um número pequeno de famílias, esvaziando as aldeias existentes, algumas superpovoadas e sofrendo de problemas em função disso.

- Em segundo lugar, é um desejo das comunidades reflorestarem parte da área com árvores nativas da mata

atlântica, priorizando as beiradas dos rios e córregos, além das nascentes. Sabem da importância deste trabalho para garantir primeiramente água e assim vida para as futuras gerações de Tupiniquins e Guaranis. Desde 2005, um grupo nas comunidades vem discutindo propostas para o reflorestamento e organizaram um grande encontro das aldeias chamado "Replantar nossa Esperança". Em 2006, iniciou-se um projeto-piloto de um viveiro para a produção de mudas de árvores nativas na aldeia de Pau Brasil, seguindo a orientação de uma lista de mais de 100 espécies, montada com a ajuda de índios mais velhos, sendo espécies que são tradicionalmente utilizadas pelos índios para fins de artesanato, fabricação de remédios caseiros e utensílios domésticos. Este ano, já foram realizados dois reflorestamentos em campo, inclusive numa área plantada anteriormente com eucalipto. A partir de agora, a proposta é incentivar este trabalho de reconversão.

- Em terceiro lugar, as comunidades buscam alternativas econômicas em cima da terra indígena através de diferentes plantios que possam gerar emprego e renda. Várias propostas estão sendo estudadas mas ainda não há um plano fechado para isso. O que há é uma grande vontade de garantir a autonomia econômica das comunidades e ter um lugar onde as crianças possam futuramente viver e trabalhar, desfrutando da liberdade que a Aracruz tirou dos índios no passado. Um lugar onde, mesmo com todas as mudanças, muitas vezes impostas aos índios, elementos fundamentais da tradição e da cultura sejam preservadas, da forma que permita que futuramente os Tupiniquins e Guaranis possam continuar realizando seu modo de vida.

Por: Winnie Overbeek, FASE/ES, correo-e: winnie.fase@terra.com.br

[início](#)

CONDIÇÕES DE TRABALHO E IMPACTOS NA SAÚDE EM PLANTAÇÕES DE ÁRVORES

- As condições de trabalho nas plantações: uma questão de saúde

Os estudos voltados para a segurança e a saúde dos trabalhadores das plantações florestais são escassos no mundo todo e geralmente o setor fica imerso no ítem mais amplo da indústria florestal, que abrange também as atividades de desmatamento e exploração madeireira na floresta.

Contudo, um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a situação na indústria florestal, na série "Enciclopédia de Saúde e Segurança no Trabalho", contribui com uma seqüência de dados importantes que vale a pena recopilar aqui, em uma tentativa de resgatar os relacionados com o setor que abordamos.

O relatório aponta que a plantação de árvores em escala industrial é fatigante e perigosa. Como é realizada ao ar livre, os trabalhadores estão expostos a condições climáticas extremas: frio, calor, neve, chuva e radiação ultravioleta (UV). É comum trabalhar com tempo ruim e, nas operações automatizadas, cada vez é mais habitual continuar trabalhando durante a noite. Os locais de trabalho costumam estar afastados e mal comunicados, dificultando as atividades de resgate e evacuação dos trabalhadores se surgir uma emergência. Em muitos países ainda é normal que os trabalhadores morem durante longos períodos em acampamentos afastados de suas famílias e amigos.

As dificuldades são ainda piores dependendo pela natureza do trabalho: usam-se ferramentas perigosas e costuma exigir um esforço físico importante. O clima, o ruído e a vibração são riscos físicos comuns no trabalho florestal. A exposição a riscos físicos varia, em grande medida, em função do tipo de trabalho e do equipamento utilizado. Outros fatores, como a organização do trabalho, as pautas de emprego e a formação, também têm um papel importante que aumenta ou reduz os perigos associados ao trabalho florestal.

O trabalho florestal manual acarreta geralmente uma grande carga de trabalho físico, que, por sua vez, implica um alto consumo energético para o trabalhador que depende da atividade e do ritmo em que é realizada. O trabalhador florestal precisa ingerir alimentos em muita maior quantidade que o trabalhador "normal" de escritório para fazer

frente às exigências do trabalho.

Diversos estudos mostraram que os trabalhadores estão expostos a um alto índice de doenças, além de lesões e acidentes.

Mesmo que escassas e realizadas com um pequeno número de trabalhadores, as pesquisas de indicadores fisiológicos de esforço físico (frequência cardíaca, parâmetros de hematologia sanguínea, elevada atividade de enzimas séricas) concluíram que a plantação de árvores é uma ocupação muito fatigante tanto em termos do esforço cardiovascular quanto do musculoesquelético.

Carga musculoesquelética e fisiológica

Ainda que não exista literatura epidemiológica específica que vincule o trabalho nas plantações florestais com problemas musculoesqueléticos, os movimentos enérgicos associados ao transporte de cargas, bem como a variedade de posturas e de trabalho muscular que comporta o ciclo de plantação, constituem sem dúvida fatores de risco que são incrementados pela natureza repetitiva do trabalho.

As lesões por esforço repetitivo continuam sendo um problema importante. Os estudos realizados demonstram que entre 50 e 80% dos operários das máquinas têm moléstias no pescoço ou ombros. Costuma ser difícil realizar comparações de cifras porque as lesões se desenvolvem de forma gradativa durante um longo período de tempo.

As flexões e extensões extremas dos pulsos- por ex. para pegar as mudas das bandejas- e a transmissão a mãos e braços do impacto que se produz quando a ferramenta de plantação bate uma rocha oculta são alguns dos perigos biomecânicos a que são expostos os membros superiores.

O empilhamento manual de troncos envolve o levantamento repetido de pesos. Se a técnica de trabalho não for perfeita e o ritmo for alto demais, o risco de sofrer lesões musculoesqueléticas será muito alto. Transportar cargas pesadas durante longos períodos de tempo, como na corta e transporte de madeira para celulose, tem efeitos semelhantes. O peso total acarretado, a frequência de levantamento e a natureza física e repetitiva do trabalho- principalmente o intenso esforço muscular necessário para afundar a ferramenta na terra- são fatores que contribuem à tensão muscular exercida sobre os membros superiores.

Por outra parte, o manuseio de máquinas portáteis, como as motosserras, pode exigir um gasto energético ainda maior que o trabalho manual, devido a seu peso considerável. De fato, as motosserras usadas costumam ser grandes demais para a labor. As labores manuais- motorizadas altamente especializadas criam um risco muito alto de lesões musculoesqueléticas já que os ciclos de trabalho são curtos e os movimentos específicos se repetem muitas vezes.

Trabalhar em posições corporais difíceis pode gerar problemas, como por ex. moléstias lombares. Um exemplo seria o uso de um machado para desgalhar árvores jogadas no chão, o que supõe trabalhar encurvado durante longos períodos de tempo e se traduz em uma grande tensão na região lombar e trabalho estático para os músculos das costas.

A manipulação de bandejas de mudas (de 3,0 a 4,1 kg cada uma quando estão cheias) ao descarregar os caminhões de entrega é também um risco potencial. O transporte de cargas com arneses também pode provocar moléstias lombares, principalmente se o peso não estiver bem distribuído sobre os ombros e ao redor da cintura.

Convém não esquecer a carga muscular sobre os membros inferiores: caminhar vários quilômetros diários transportando uma carga sobre terreno irregular, às vezes ladeira acima, pode tornar-se rapidamente em um trabalho esgotador. Além disso, esta atividade implica freqüentes flexões dos joelhos e a constante utilização dos pés. A

maioria dos plantadores usam os pés para afastar os detritos com um movimento lateral antes de fazer um buraco, bem como para aplicar peso sobre o estribo da ferramenta a fim de afundá-la no solo e para compactar a terra ao redor da muda inserida.

No caso do trabalho florestal manual-motorizado, o trabalhador também está sujeito a outros riscos específicos por causa das máquinas que usa. O ruído supõe um problema ao trabalhar com uma motosserra ou aparelho semelhante. O nível de ruído da maioria das motosserras usadas no trabalho florestal normal ultrapassa os 100 dBA. O operário é exposto a esse nível de ruído de 2 a 5 horas diárias, o que pode provocar perdas auditivas.

O trabalho reiterado ao ar livre, com climas rigorosos --de frio e calor--, muitas vezes sem a devida proteção contra o sol (óculos de sol, chapéus, cremes com fator de proteção) e contra os insetos, é motivo de desidratação, insolação e estresse por calor. Trabalhar em um clima quente pressiona o trabalhador florestal que realiza trabalhos pesados. Entre outras coisas, a frequência cardíaca aumenta para manter a temperatura corporal baixa. Suar comporta a perda de fluidos corporais. O trabalho pesado a altas temperaturas supõe que um trabalhador pode necessitar beber 1 litro de água por hora para manter o equilíbrio dos fluidos corporais.

Em um clima frio, os músculos não funcionam bem. Aumenta o risco de sofrer lesões musculoesqueléticas e acidentes. Além disso, o gasto energético aumenta notoriamente, já que mesmo manter-se quente exige muita energia.

Uma das doenças próprias do setor é o "esgotamento do plantador", uma síndrome derivada de uma deficiência hematológica e caracterizada pela presença de sonolência, fraqueza e enjôos, parecido com a "anemia esportiva" que desenvolvem os atletas nos treinamentos.

Existe uma alta incidência de perda precoce da capacidade laborativa, com a conseguinte aposentadoria antecipada entre os trabalhadores florestais. Os operários de motosserras e os trabalhadores que realizam a descarga manual dos troncos costumam adoecer de lesões nas costas e perda auditiva. Um mal tradicional dos operários das motosserras é a síndrome do "dedo branco", um transtorno doloroso provocado pela vibração, capaz de provocar incapacidade laborativa: os dedos se tornam brancos e se entorpecem, sendo impossível realizar as tarefas mais delicadas, e é possível sentir formigamento e dores nos braços, especialmente durante a noite.

Por outra parte, as longas jornadas de trabalho, as viagens e o rigoroso controle de qualidade que deve passar o trabalhador além da exigência que apresenta o trabalho por tarefa (prática espalhada entre os subempreiteiros das plantações florestais) podem alterar o equilíbrio fisiológico e psicológico do trabalhador e provocar fadiga crônica e estresse.

Acidentes e lesões

O ambiente de trabalho nas plantações de árvores é propício para sofrer quedas e tropeços. No serviço florestal podem ser feridas quase todas as partes do corpo, mas as lesões costumam se concentrar nas pernas, pés, costas e mãos, aproximadamente nessa ordem. Os cortes e as feridas expostas são o tipo de lesão mais comum no trabalho com motosserras, enquanto nas outras tarefas predominam as contusões mesmo que também se produzam fraturas e deslocamento bem como lesões associadas a movimentos enérgicos e ferimentos provocados por detritos da corta ou detritos.

Classificação dos acidentes mais frequentes dos plantadores conforme a parte corporal afetada (porcentagem de 122 relatórios relativos a 48 indivíduos em Quebec).

Classificação	Parte do corpo	% total	Causas relacionadas
---------------	----------------	---------	---------------------

1	Joelhos	14	Quedas, contato com ferramenta, compactação do solo
2	Pele	12	Contato com o equipamento, mordeduras e picaduras de insetos, queimaduras solares, gretaduras
3	Olhos	11	Insetos, repelentes de insetos, galhos
4	Costas	10	Encurvar-se frequentemente, transportar cargas
4	Pés	10	Compactação do solo, bolhas
5	Mãos	8	Gretadura, arranhão por contato com o solo
6	Pernas	7	Quedas, contato com ferramenta
7	Pulsos	6	Rochas ocultas
8	Tornozelos	4	Tropeços e quedas, obstáculos ocultos, contato com ferramenta
9	Outros	18	

Um estudo, realizado em plantações da Nigéria, sobre a segurança nas sacas de madeira para pasta, demonstrou que, em média, cada trabalhador sofria 2 acidentes ao ano. E em um ano determinado, entre 1 de cada 4 e 1 de cada 10 trabalhadores sofreram um acidente sério.

Há duas situações nas que se multiplica o risco já alto de sofrer acidentes sérios na etapa da corta nas plantações: as árvores "suspensas" e as árvores derrubadas pelo vento. A força do vento submete a tensão os pés madeiráveis, com os que são necessárias técnicas de corte adaptadas a essa função. As árvores suspensas são as que, ao serem cortadas pelo pé, não caíram no chão porque a copa fica enmaranhada com outras árvores. São muito perigosas, até o ponto de em alguns países ser dito que elas "vão deixando viúvas" devido ao grande número de mortes que causam. Para baixar essas árvores com segurança é preciso usar utensílios específicos como cabrestantes e ganchos giratórios, mas há casos em que é realizada uma prática muito perigosa conhecida em alguns países como "arraste" que consiste no abate (processo de derrubar uma árvore em pé) de outras árvores sobre uma suspensa com o fim de derrubá-la.

Em muitos países, os trabalhadores manuais trabalham junto ou perto dos operários com motosserras ou máquinas. O operário senta em uma cabine ou usa protetores auditivos e bons equipamentos protetores. Mas, na maioria dos casos, os trabalhadores manuais não levam proteção. As distâncias de segurança com as máquinas não são mantidas, o que provoca um risco muito alto de acidente e de deterioração auditiva para os trabalhadores não protegidos.

A outra face da moeda da mecanização é o surgimento de lesões no pescoço e nos ombros dos operários das máquinas. Tais lesões podem ser tão incapacitantes quanto os acidentes graves.

Os riscos de acidente estão em função não só da tecnologia que for usada e do grau de exposição que comporte o trabalho, mas também de outros fatores. Em quase todos os casos dos que há dados existe uma diferença muito significativa entre os segmentos dos trabalhadores. Os profissionais do trabalho florestal a tempo integral empregados diretamente por uma empresa florestal chegam a ser menos atingidos que os autônomos ou os empregados por empreiteiros.

O transporte rodoviário contabiliza também um grande número de acidentes graves, principalmente nos países tropicais.

Riscos químicos

A tendência à mecanização do trabalho florestal vai em aumento. Durante as atividades de manutenção e reparação, as mãos dos operários das máquinas estão expostas a lubrificantes, óleos hidráulicos e gasóleos, que podem causar dermatite irritante.

As máquinas portáteis usadas na indústria florestal são movidas a motores de dois tempos nos que se mistura óleo lubrificante com gasolina. Geralmente, cerca de 30% da gasolina consumida pelo motor de uma motosserra é emitida sem queimar. Os principais componentes das emissões de escapamento são hidrocarbonetos – compostos de chumbo orgânicos, álcoois e éteres- que são componentes típicos da gasolina. Alguns dos gases de escapamento se formam durante a combustão e o principal produto tóxico é o monóxido de carbono. Os combustíveis, além disso, envolvem um risco de incêndio.

Outros produtos químicos aos que estão expostos os trabalhadores e trabalhadoras florestais são os praguicidas, inseticidas e herbicidas. Nas plantações são aplicados para controlar fungos, insetos e roedores; herbicidas de fenóxicos, glifosatos ou triazinas; inseticidas de compostos organofosforados, compostos organoclorados ou piretróides sintéticos). Nos viveiros são usados ditiocarbamatos para proteger as mudas de coníferas contra os fungos dos pinheiros.

Para a aplicação de praguicidas são usados métodos como o borrifamento aéreo, a aplicação desde equipamentos a trator, borrifamento com alforjes, pulverização ULV (sistema ultra baixo volume, também conhecido como nebulização) e borrifadores conectados a serras trochadoras. O risco de exposição é parecido com o de outras aplicações de praguicidas. Os sintomas provocados por uma exposição excessiva aos praguicidas variam muito em função do composto aplicado, mas muito frequentemente a exposição provoca transtornos cutâneos. Os equipamentos protetores costumam ser muito quentes e provocam suor excessivo.

Riscos biológicos

As pessoas que trabalham ao ar livre, como no caso das plantações, estão expostas a perigos para a saúde decorrentes de animais, plantas, bactérias, vírus, etc., em maior medida que o resto da população. São muito comuns as reações alérgicas às plantas e aos produtos madeireiros, especialmente ao pólen. É possível que se produzam lesões nas operações de transformação (por ex. por espinhos, puas, casca) e por causa de infecções secundárias que nem sempre podem ser evitadas e podem provocar complicações adicionais.

Também ocorrem mordeduras de serpentes peçonhentas e a possibilidade de se produzir uma reação alérgica geral ao antídoto que coloque em perigo a vida do afetado.

Fatores sociais e psicológicos

A situação em termos de saúde e segurança no trabalho florestal depende de diversos fatores como as condições da plantação e do terreno, a infra-estrutura, o clima, a tecnologia, os métodos de trabalho, a organização do trabalho, a situação econômica, os acordos contratuais, o alojamento do trabalhador e sua educação e formação. Mas também incidem os fatores sociais e psicológicos, que em um contexto florestal abrangem a satisfação e a segurança no trabalho, a carga de trabalho mental, a suscetibilidade e resposta ao estresse, a capacidade para enfrentar riscos percebidos, a pressão, as horas extras e a fadiga, a necessidade de resistir as condições ambientais adversas, o isolamento social em acampamentos de trabalho com separação das famílias, a organização do trabalho e o trabalho em equipe.

Tradicionalmente, os trabalhadores florestais têm procedido de áreas rurais e a independência do trabalho ao ar livre tem sido um elemento de identificação. Mas as modernas operações florestais já não satisfazem tais expectativas.

Aqueles que não conseguem se adaptar à mecanização, à terceirização e às rápidas mudanças tecnológicas e estruturais que vêm se produzindo no trabalho florestal desde inícios da década de 1980, costumam considerar-se marginalizados. Grande parte do pessoal iniciante continua chegando mal preparado ao trabalho.

Os fatores sociais e psicológicos provavelmente têm um papel importante ao determinar as repercussões de risco e de estresse. Uma pesquisa alemã revelou que cerca de 11% dos acidentes eram atribuídos ao estresse e outro terço à fadiga, à rotina, à assunção de riscos e à falta de experiência.

Os trabalhadores florestais consideram, em geral, que a assunção de riscos faz parte do trabalho. Quando esta tendência é marcada, a compensação do risco pode minar os esforços para melhorar a segurança no trabalho. Nessas situações, os trabalhadores ajustam seu comportamento e voltam ao que aceitam como nível de risco. Por exemplo, isso pode ser parte da explicação à eficácia limitada dos equipamentos de proteção pessoal (EPP). Ao saberem que estão protegidos por botas e calças à prova de cortes, os trabalhadores se apressam, aproximam mais o corpo à máquina e seguem o caminho mais curto em algumas situações descumprindo assim os regulamentos em matéria de segurança porque "leva tempo demais". Geralmente, a compensação do risco parece ser parcial. É provável que existam diferenças entre trabalhadores individuais e grupos, e que os fatores de recompensa sejam importantes para desencadear a compensação do risco. Entre as recompensas cabe citar um embaraço menor (como não usar roupa protetora agoniadora em climas quentes) ou benefícios financeiros (como nos sistemas de remuneração por tarefa), mas o reconhecimento social em uma cultura machista também é um motivo concebível.

Entre os fatores estressantes normais na indústria florestal cabe citar o trabalho em alta velocidade; o trabalho repetitivo e maçante; o calor; a falta ou o excesso de trabalho em quadros descompensados; trabalhadores jovens ou antigos que tentam obter suficientes rendas com baixos preços de remuneração por tarefa; o isolamento dos colegas de trabalho, a família e os amigos; e a falta de intimidade nos acampamentos.

A transformação do trabalho florestal que aumentou drasticamente a produtividade também aumentou os níveis de estresse e reduziu o bem-estar geral no trabalho florestal.

Há dois tipos de trabalhadores que são especialmente propensos ao estresse: os operários de colheitadoras e os empreiteiros. O operário de uma sofisticada colheitadora está em uma situação de estresse múltiplo, devido aos curtos ciclos de trabalho, à quantidade de informação que deve absorver e ao grande número de decisões rápidas que deve tomar. As colheitadoras são bastante mais exigentes que as máquinas mais tradicionais tais como arrastadores, carregadores e recolhedores. Além de lidar com a máquina, o operário costuma ser também responsável por sua manutenção, do planejamento e do desenho da pista de arraste, bem como do tronchado e de outros aspectos de qualidade que a empresa controla de perto e que têm uma repercussão direta na remuneração.

É bastante normal que o operário seja também o proprietário da máquina e que trabalhe em qualidade de pequeno empreiteiro, aumentando assim a tensão da situação devido ao alto risco econômico que implica, porque costuma ser um empréstimo de até 1 milhão de dólares no contexto de um mercado muito volátil e competitivo. As semanas de trabalho costumam ser de mais de 60 horas nesse grupo.

Existem importantes diferenças entre os vários segmentos dos quadros florestais quanto à forma de emprego, que têm uma repercussão direta na exposição dos trabalhadores a riscos quanto à segurança e à saúde. A porcentagem de trabalhadores florestais empregados de forma direta pela empresa florestal tem se reduzido. Cada vez mais o serviço é realizado através de empreiteiros (quer dizer, empresas de serviços relativamente pequenas e com grande mobilidade geográfica que são contratadas para uma obra em particular), que podem ser operadores- proprietários (ou seja, firmas unipessoais ou empresas familiares) ou ter determinado número de empregados. Tanto os empresários quanto os empregados costumam ter empregos muito inestáveis. Submetidos à pressão de reduzir os custos em um mercado tão competitivo, às vezes recorrem a práticas ilegais, como o multiemprego e a contratação de imigrantes clandestinos. Os acidentes e os problemas sanitários costumam ser mais frequentes entre os

trabalhadores subcontratados.

A subcontratação de trabalhadores também tem contribuído para aumentar a alta porcentagem de revezamento nos quadros florestais, agravando a falta de qualificação do trabalho. A falta de formação estruturada e a brevidade dos períodos de experiência em decorrência do alto revezamento ou do trabalho sazonal são fatores decisivos para os importantes problemas de saúde e segurança com os que se enfrenta o setor florestal.

O sistema salarial dominante na indústria florestal continua sendo a remuneração por tarefa (ou seja, baseada exclusivamente no rendimento). É um tipo de remuneração que tende a estimular um ritmo de trabalho rápido, o que é considerado como um fator de aumento do número de acidentes. Um efeito secundário indiscutível é que as rendas minguam quando os trabalhadores atingem uma idade determinada, já que suas capacidades físicas diminuem.

Os salários do setor florestal costumam ser bem inferiores à média industrial de um país. Os trabalhadores por conta alheia, os autônomos e os empreiteiros costumam tentar compensar esse fato trabalhando 50 ou até 60 horas semanais, o que aumenta a tensão corporal e o risco de acidentes por fadiga. As organizações sindicais são bastante escassas no setor. Aos problemas tradicionais que implica a organização de trabalhadores geograficamente espalhados, movediços e às vezes sazonais, acrescenta-se a fragmentação em pequenas empreiteiras.

As fiscalizações são muito escassas na maioria dos países. Devido à falta de instituições que zelem por seus directos, os trabalhadores florestais não costumam conhecê-los muito bem, incluindo os direitos que dizem respeito às disposições existentes em matéria de saúde e segurança, e têm grandes dificuldades para exercê-los.

Este artigo é uma compilação de material extratado e editado da "Enciclopedia de Salud y Seguridad en el Trabajo" de la OIT, Volumen III, Parte X, Capítulo 68, Industria Forestal, sectores basados en recursos biológicos, <http://www.mtas.es/insht/EncOIT/tomo3.htm#p10>

[início](#)

- Uruguai: a triste situação dos trabalhadores florestais

No Uruguai entramos no século XXI sendo testemunhas de uma transformação paisagística que se espalha em todas as direções.

As plantações de eucaliptos e pinheiros parecem invadir todo tipo de terras. Essa transformação paisagística tem incidência direta em diversos aspectos sociais.

A chegada de capitais investidos em empreendimentos florestais (fundamentalmente estrangeiros) e a imediata implantação de monoculturas constituiu a gênese de uma nova pirâmide de categorias sociais e trabalhistas. Empreiteiros, subempreiteiros e uma ampla base de trabalhadores florestais que, desde a etapa de combate às formigas e hibernáculos até a obtenção da madeira, têm intervindo com o sonho de um futuro melhor.

Rapidamente, as instalações campestres, barracões, poteiros ou velhos veículos abandonados são transformados em improvisadas "pensões". E nos locais onde a infra-estrutura simplesmente não existe, precárias barracas ou abrigos construídos com galhos ou náilon- que se confundem com currais de animais, tornam-se o lar do grupo de trabalhadores.

Para muitos trabalhadores, a atividade florestal significou a superlotação, a promiscuidade, a degradação das condições de trabalho, e passou a constituir a qualidade mais destacada e difundida de uma atividade que prometeu inequivocamente o bem-estar econômico e a prosperidade para amplos setores. Simultaneamente, foi incorporada outra seqüência de situações que completaram a conformação de um panorama ocupacional nada alentador: a

ocorrência de sérios acidentes de trabalho, o surgimento de doenças ligadas à alimentação deficiente ou falta de higiene, baixos salários ou diárias nunca pagas, o abigeato e o chimarrão como único jeito de sobreviver.

O Estado através do organismo competente não tem instrumentado qualquer plano de fiscalização a esse respeito. O argumento esgrimido é a ausência de denúncias por parte dos trabalhadores. Contudo, a tônica da política aplicada é mesmo intervir o mínimo possível; o que é manifestado nas próprias cifras oficiais. Além da ausência de políticas de auditoria fiscal, o obstáculo mais saliente está representado pela falta absoluta de veículos (4x4) que possibilite que os fiscais tenham acesso às diversas frentes de trabalho- uma situação que vêm se apresentando há anos. A redução do número de fiscalizações trabalhistas nos campos florestais não tem proporção com o constante incremento da área plantada e do volume de madeira obtida.

A submissão às piores formas de trabalho que sofre parte da população trabalhadora no setor não tem gerado um incremento de denúncias junto à autoridade competente. O número de denúncias a esse respeito tem sido escasso. Esta situação responde a várias razões. Uma delas é o desconhecimento que existe quanto aos direitos trabalhistas que protegem o trabalhador como a parte mais fraca de um relacionamento trabalhista. Outro motivo, e talvez o mais importante, responde ao receio do trabalhador de ser identificado como provocador da denúncia e em decorrência disso, perder qualquer possibilidade de obter uma nova oportunidade de trabalho.

Milhares de trabalhadores são deslocados diariamente de cidades tais como Rivera e Tranqueras, a diferentes locais de trabalho. Outros trabalhadores migram a povoados e paragens como Perseverano, Castillos, Greco, Punta del Chileno, Aguas Blancas, Villa del Carmen, Piedra Colorada, entre tantos outros locais, à procura de uma oportunidade de trabalho, sem se importar com as condições trabalhistas que devem enfrentar. Muitos deles ficarão a céu aberto ou em precários abrigos vários dias ou semanas, com a esperança de receber alguma renda pelo serviço realizado e assim ter a possibilidade de voltar a sua terra.

Paso de La Cruz é um povoado que abandonou a tradição de trabalho pecuário e plantações citrícolas, voltando-se quase totalmente às atividades florestais. Está localizado no Departameto de Río Negro, a quilômetros da estrada nacional nº25.

Sobre uma trilha de lastro há um conjunto de moradias que albergam uma população estável de 400 vizinhos (aproximadamente). No povoado há alguns negócios, uma sala comunal de uso múltiplo, um posto policial e um médico que visita a área com certa frequência. A comunicação através do telefone celular chega a ser um ato de sorte. Ao percorrer a rua principal, podem ser vistos nos pátios das moradias as motosserras, os capacetes florestais e outros elementos que revelam claramente a atividade que realizam os moradores. Durante o dia, dezenas de caminhões florestais retiram e transportam a madeira colhida; e algum maquinário pesado da Prefeitura Municipal tenta manter habilitada a única via de trânsito.

As empresas florestais do local proibiram que os grupos de trabalhadores pernoitassem nos campos. É por isso que mais de 200 trabalhadores na época sazonal percorrem muitos quilômetros para instalar seus acampamentos no povoado. Alguns conseguem alugar casas abandonadas, e a maioria se instalam nos espaços verdes, terrenos vazios ou à margem do caminho. Durante a noite, as fogueiras com rodadas de chimarrão constituem o único elemento que ilumina a rua.

Se bem que alguns moradores consultados concordam com o aspecto positivo de não existir desocupação no local, não escondem seu constrangimento e preocupação a respeito das situações ligadas ao alcoolismo, prostituição, abigeato, problemas vinculados com o descumprimento de compromissos salariais e pagamento de diárias através de vales que só podem trocar em comércios determinados. O posto policial fica transbordado pela quantidade de intervenções e a complexidade das situações sociais apresentadas. Preocupados pela situação que parece se impor no local, a denúncia foi colocada na Junta Departamental.

Até agora parece que nas questões sociais ainda resta muito para ser resolvido. Subscrevendo e salientando o estabelecido pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), não basta com a criação de novos empregos: é necessário criar postos de trabalho de qualidade.

Por: Associação de Fiscais de Trabalho do Uruguai (A.I.T.U.), "Por un trabajo con Derechos" E-mail: inspectoresdetrabajo@adinet.com.uy, <http://www.aitu.org/>

[início](#)

- África do Sul: condições trabalhistas e o sistema de contratação de mão-de-obra nas plantações de madeira

Desde meados da década de 1980 tem havido uma tendência mundial para a terceirização da mão-de-obra intensiva- no modelo de produção de madeira nas plantações. Na África do Sul, a indústria madeireira tem admitido abertamente que o principal motivo para substituir o emprego permanente com contratos terceirizados foi a redução dos custos. Isso acarretou várias conseqüências negativas para os trabalhadores das plantações e suas famílias: perda de garantia de emprego, junto com todos os benefícios próprios do emprego permanente direto- programas de assistência médica, seguro, pensão, moradia, bolsas educacionais, e oportunidades de treinamento interno e de desenvolvimento de carreira. Isso tem levado a consideráveis desvantagens e a perdas econômicas para as comunidades de trabalhadores, enquanto as empresas madeireiras têm se beneficiado exponencialmente.

Outra razão para essa mudança (emprego com contrato assinado a contrato para mão-de-obra terceirizada) foi evidentemente o desejo de parte da indústria madeireira para evitar ter que lidar com qualquer ação sindical que pudesse ameaçar a produtividade e em conseqüência, os lucros. A terceirização como sistema de contratação passa, de fato, a responsabilidade da sanidade e segurança do trabalhador para os subempreiteiros que têm escassos recursos e portanto não podem arcar com o fornecimento nem sequer das roupas básicas de proteção tais como luvas e máscaras para seus trabalhadores. Geralmente, o sistema de subcontratação está escassamente monitorado pelas empresas madeireiras, e devido a que os empreiteiros principais freqüentemente subcontratam o serviço a outros empreiteiros sem ter que envolver-se de fato no serviço propriamente dito, torna-se ainda mais difícil controlar se as condições do contrato em termos de treinamento, salários mínimos e roupas protetoras são cumpridas.

Até antes de ocorrer essa transição, as maiores empresas madeireiras fizeram questão de eliminar ou reduzir o uso de mão-de-obra através do uso de custosa tecnologia mecânica que podia substituir centenas de trabalhadores por uma única máquina. O uso de herbicidas tóxicos para controlar plantas exóticas e matos nas áreas de plantações foi também uma alternativa rentável para os métodos manuais de capina que anteriormente tinham providenciado serviço para muitas pessoas. Apesar disso, a indústria das plantações sustenta o duvidoso argumento de as plantações de madeira gerarem novas vagas e promoverem o progresso das comunidades rurais, mesmo que isso esteja evidentemente bem longe da verdade. É bem sabido que outras atividades agroalimentares, até a lavoura de cana-de-açúcar fornece mais empregos do que os gerados pelas plantações de madeira. A maioria das perdas de emprego tem sido vivenciada quando empreendimentos agrícolas de proprietários individuais e de gerenciamento misto foram substituídos por plantações de madeira, e essa perda de vagas está formada pela redução inevitável nos salários dos trabalhadores e nos benefícios.

O modelo dominante de plantações de madeira na África do Sul e em muitos outros países menos desenvolvidos é responsável por um amplo leque de impactos negativos que podem acarretar prejuízos nos postos de trabalho e escassa sanidade para os trabalhadores. Os impactos prejudiciais freqüentemente se estendem além do local de trabalho atingindo os lares e as comunidades de trabalhadores através de vínculos que evoluem como uma parte do governo colonial e como um efeito da mentalidade corporativa "lucro a qualquer preço" que domina, onde muitos dos custos diretos associados com a produção madeireira nas plantações são evitados e transferidos às comunidades dos trabalhadores e ao ambiente. A Organização Internacional do Trabalho das Nações Unidas (OIT)

tem classificado o trabalho na floresta e nas plantações de madeira como um dos mais perigosos. E torna-se ainda mais prejudicial quando combinado com os efeitos das pobres condições sociais causadas pelo sistema de contratação da mão-de-obra usado na indústria madeireira. Sem entrar em detalhes, pode ser considerado que muitos efeitos prejudiciais sobre os ecossistemas e as pessoas são escondidos ou ignorados pela sociedade, com governos que também não estão dispostos a tirar seus olhos.

A distorção da vida comunitária causada pelas plantações a través de deslocamentos e despejos, e particularmente a migração dos trabalhadores decorrente do sistema de contratação de mão-de-obra é responsável pela crise familiar; aumenta o alcoolismo, o uso de drogas e a delinquência. A proliferação das doenças sexualmente transmissíveis inclusive o HIV AIDS, pode ser vinculada diretamente às exigências impostas aos trabalhadores, especialmente aos motoristas de caminhões, que devem necessariamente se afastar de suas moradias para arrumar serviço. Em geral, as plantações de madeira perpetuam um ciclo de pobreza que afiança a escassa nutrição, a educação inadequada e a escassa sanidade. As famílias deslocadas freqüentemente acabam morando em assentamentos precários dos bairros pobres onde estão expostos a doenças, ao crime e à constante ameaça de perder todos seus pertences por causa dos incêndios que freqüentemente arrasam as inestáveis moradias.

As mulheres formam uma grande parte da força de trabalho empregada nas plantações de madeira mas seu envolvimento é normalmente reduzido a tarefas físicas pouco importantes- insignificantes como a capina, a aplicação de pesticidas, ou a descorticação. Ao mesmo tempo, as mulheres devem tomar conta do cuidado da casa, da educação infantil, e de várias tarefas realcionadas. No caso de programas de fomento florestal, especialmente quando o homem da casa está ausente, as mulheres devem suportar ainda a carga adicional da responsabilidade de proteger e gerenciar a parcela florestal. Geralmente, elas recebem uma pequena recompensa já que o dinheiro da venda da madeira vai diretamente para o homem, especialmente quando ele é o beneficiário legal do acordo de fomento florestal com a empresa madeireira.

A indústria madeireira sul- africana se orgulha de sua certificação pelo FSC (mais de 80%) ser uma prova que suas plantações industriais de madeira são gerenciadas responsabilmente em cumprimento dos princípios, critérios e padrões do FSC para o manejo florestal. Por que, então, existe tão pouca evidência tangível que apoie esses argumentos? Por que muitos dos problemas vivenciados na África do Sul também são encontrados em outros países em desenvolvimento onde as plantações de monoculturas para madeira em grande escala têm sido estabelecidas? Brasil, Chile, Equador, Uruguai, Swazilândia, Uganda, Índia, Indonésia e Tailândia são exemplos disso.

A resposta a essas perguntas deveria ser evidente, mas infelizmente aqueles que controlam a máquina propagandística da indústria mundial do papel e celulose preferem permanecer iludidos e negam-se a ver o que é óbvio. Dizem que se uma mentira é repetida o bastante será eventualmente aceita como a verdade e até o mentiroso começará a acreditar que é verdade, a não ser que seja persistentemente desafiada pela verdade. No caso, a mentira da certificação de plantações está sendo desafiada por mais pessoas no mundo todo a cada dia.

Artigo baseado em parte do recente relatório escrito por GFC sobre Agrocombustíveis e certificação intitulado "The Social Impacts of Certified Timber Plantations in South Africa and the Implications Thereof for Agrofuel Crops".

[início](#)

- Malásia: Paraquat "barato" às custas da saúde dos trabalhadores

Um artigo de Jennifer Mourin, subdiretora executiva do escritório regional da Pesticide Action Network para Ásia e o Pacífico (PAN AP) fez referência a uma situação quase única no setor do dendezeiro da Malásia: "Rajam trabalhou como aplicadora de pesticida em uma propriedade, recebendo uma diária de RM18. O pesticida principal que ela borrifou era paraquat. Ela não foi fornecida de qualquer roupa de proteção como botas, máscara, luvas, óculos ou avental

No dia 1º de abril de 1988, Rajam estava aplicando Gramoxone (paraquat) quando ela escorregou e caiu. Por causa da chuva da noite anterior, o solo estava molhado e escorregadio. O impacto da queda fez com que o bico da bomba borrifasse o pesticida diretamente nos olhos. Logo ela sentiu uma sensação intensa de queimação no rosto, lábios e olhos. Infelizmente, não havia abastecimento de água para lavar seu rosto. Ela então começou a caminhar em direção da clínica da propriedade, aonde ela chegou mais de duas horas depois. Quando ela chegou à clínica, os olhos dela tinham avermelhado e inchado intensamente. O atendente do hospital lavou os olhos dela e pediu que ela fosse ao hospital governamental. Lá foi admitida durante uma semana. Um ano após o incidente, ela está cega do olho esquerdo. Quanto ao olho direito, ela ainda sente dores e uma sensação de queimação e sofre lacrimação excessiva o tempo todo."

No dia 27 de agosto de 2002, foi efetivada a proibição do uso de paraquat e a Diretoria de Pesticidas manteve-se firme na decisão a pesar da forte pressão da indústria, inclusive da Syngenta, a maior fabricante de paraquat no mundo. Conforme a PAN AP, "Logo depois de a decisão vir a público, representantes da Syngenta Malaysia Ltd. visitaram os funcionários governamentais para falar sobre a proibição. Em decorrência disso, várias matérias foram divulgadas nos principais jornais apoiando o paraquat como "Seguro para ser usado na agricultura" e apelando para deixar sem efeito a proibição e eliminá-la."

O governo malaio decidiu levantar temporariamente a proibição do perigoso pesticida paraquat desde 1º de novembro de 2006 para permitir "um estudo abrangente sobre seus múltiplos usos". São notícias ruins, especialmente para os trabalhadores das plantações de dendezeiros. Como aponta a PAN AP, "O paraquat é um 'alicerce' dentro do setor das plantações, especialmente na produção de azeite de dendê. A maior parte do setor do dendê considera que é a forma 'mais barata' de controlar os matos."

É 'barato' para a indústria porque quem paga os custos são os trabalhadores. A PAN AP explica que "Na Malásia, o paraquat tem sido uma importante causa de preocupação devido aos contínuos envenenamentos sofridos pelos trabalhadores das plantações- especialmente para quem lida com a aplicação do pesticida que maioritariamente são mulheres. Os trabalhadores são freqüentemente empregados como aplicadores por seis dias por semana, dez meses ao ano ou mais, e por tanto têm um alto grau de exposição ao produto químico. Os maiores riscos que podem provocar incidentes sérios e fatais se apresentam durante a mistura e a carga do equipamento de pulverização quando ocorre o contato com o produto químico concentrado. Os acidentes fatais também têm sido descritos devido ao prolongado contato com o paraquat diluído durante a aplicação."

O relatório conjunto da Declaração de Berna, a Pesticide Action Network (PAN UK) e a PAN AP, "Paraquat- Riscos inaceitáveis para a saúde dos usuários", revela que "o paraquat é aplicado antes de semeadura ou a plantação da lavoura, na aplicação de pré- emergência (seguinte à plantação) e como um desfolhante antes da colheita. Nas plantações, os trabalhadores não têm opção de decidir se usam ou não os pesticidas tóxicos."

"O paraquat, junto com os organofosfatos e o endosulfan, são responsáveis por inúmeros casos de envenenamento agudo e por várias mortes ocupacionais."

"O tempo úmido e quente, as baixas rendas, a falta de conhecimento e controle sobre o posto de trabalho colocam em risco a uma grande proporção de agricultores e trabalhadores. Mesmo que seja usada a roupa de proteção, existe ainda um risco inaceitável para a saúde dos trabalhadores devido ao paraquat. As condições de trabalho inadequadas- inclusive a proteção insuficiente dos trabalhadores- ocorrem em grande escala no mundo todo, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos. Para a maioria dos trabalhadores é impossível usar o equipamento protetor pessoal suficiente- não está disponível, é caro demais ou é desconfortável em climas úmidos e quentes. Ainda que seja usado nem sempre providencia a suficiente proteção. Portanto, a carga de responsabilidade não pode ser colocada nos trabalhadores, já que há evidência irrefutável dos altos riscos para a saúde dos trabalhadores em decorrência das exposições ao paraquat no uso diário. A exposição dos trabalhadores a pesticidas

é maior quando não há disponibilidade de água para lavar a pele que tem sido contaminada com pesticidas.”

Citando a PAN AP, concordamos com sua visão: “A recente reconsideração da proibição de um dos venenos mais perigosos no mundo tem sérias implicações na proteção da saúde de trabalhadores e agricultores e seu direito a um ambiente de trabalho seguro. A proibição, que deveria ter sido efetivada em julho de 2005, teria sido um ato exemplar de direção solidária por parte do governo malaio já que teria colocado a saúde e o bem-estar de milhares de trabalhadores agrícolas (maioritariamente mulheres) e agricultores acima de qualquer consideração. A ação atual do governo, porém, parece significar que os lucros das indústrias na Malásia têm mais importância que as considerações sanitárias do povo.”

Artigo baseado em informações obtidas de: “Lifting the paraquat ban - in whose interest?”, fevereiro de 2007, Jennifer Mourin, escritório regional da Pesticide Action Network para a Ásia e o Pacífico (PAN AP), Aliran, <http://www.aliran.com/content/view/197/10/>; “Paraquat – Unacceptable Health Risks for Users”, setembro de 2006, Declaração de Berna, Pesticide Action Network (PAN UK) e PAN Asia e o Pacífico (PAN AP), http://www.evb.ch/cm_data/Paraquat_Report_final_rev2.pdf

[início](#)

ÁRVORES GM NA CERTIFICAÇÃO FSC

- A posição do FSC sobre árvores GM não é nada clara

Há três anos, como resposta de um artigo que escrevi a respeito do envolvimento da indústria celulósica na pesquisa de árvores geneticamente modificadas, recebi um correio eletrônico da Secretaria do FSC em Oaxaca, México.

O e-mail dizia “Assumo que você está ciente que o único programa de certificação florestal que se posiciona claramente contra as árvores GM é o programa do FSC, e que essa questão é particularmente relevante para as grandes empresas plantadoras que têm os recursos para investir nesse tipo de pesquisa e desenvolvimento.”

E continuava: Sem o FSC, os ativistas que se opõem ao desenvolvimento das árvores GM deixariam de “procurar outros meios práticos de evitar o uso das árvores GM.”

Mas, o FSC tem mesmo “uma clara posição contra as árvores GM”?

O critério 6.8 dos Princípios e Critérios do FSC é claro: “O uso de organismos geneticamente modificados será proibido.” Interpretado de forma rigorosa isso significaria que uma empresa que desenvolvesse pesquisas de laboratório sobre árvores GM (e/ ou financiasse tais pesquisas) não deveria obter a certificação do FSC, por estar envolvida com o uso de organismos geneticamente modificados.

Porém, em vez de ratificar essa clara posição sobre árvores GM, as políticas e os padrões do FSC enfraquecem o critério 6.8.

Em junho de 1999, a Assembléia Geral do FSC aprovou a moção de concluir uma Política do FSC sobre OGMs. “Tal política deveria abordar entre outras questões o Princípio de Prevenção. Um anteprojeto de tal esclarecimento e política deveria ser submetido aos membros para revisão e comentários no prazo de 6 meses,” conforme a moção.

Em 2000, o FSC elaborou devidamente uma “Interpretação sobre os OGMs”, na que era afirmado que “O uso de OGMs é proibido nas florestas certificadas, e constitui normalmente uma falta grave ao Princípio 6.” Mas a Interpretação não exclui as árvores GM plantadas pela empresa fora da área a ser certificada. E por que aparece o termo “normalmente”? Sob quais circunstâncias o uso de OGMs poderia não constituir uma falta grave ao Princípio

6?

A "Interpretação sobre OGMs" do FSC foi aprovada pela Diretoria do FSC em maio de 2000. A interpretação também inclui o seguinte enunciado: "Este anteprojeto tem sido preparado pelo pessoal da secretaria. Não tem status de oficial como uma posição do FSC... Por favor, envie seus comentários à secretaria."

Aparentemente, o FSC não tem uma Política sobre OGMs, após mais de oito anos de a assembléia geral ter passado uma moção em favor de sua criação.

Em 2000, o FSC elaborou uma "Política de Certificação Parcial" que explica que o FSC não faz qualquer objeção para uma empresa certificada plantar árvores GM, desde que não estejam na área da plantação a ser certificada, e desde que não haja muitas. Não estou brincando. É possível ler este extrato na "Política de Certificação Parcial":

"Por exemplo, uma empresa decide submeter sua Unidade A à avaliação para certificação. O certificador obtém informações que apontam que a mesma empresa desenvolve pesquisas sobre organismos geneticamente modificados em outra área, Unidade B, e que tal pesquisa cobre uma área limitada da Unidade B. Nesse caso, o certificador pode determinar que, mesmo que a gestão da Unidade B descumpra as exigências do FSC, tal descumprimento não prova necessariamente uma falta de compromisso por parte da empresa solicitante com os os Princípios e Critérios do FSC, nem representa uma falta séria no nível do Princípio 1. Contudo, se as informações obtidas indicam que as outras unidades florestais da mesma companhia (B,C,etc.) usam exclusivamente organismos geneticamente modificados, o certificador enfrenta uma situação na qual- devido a sua magnitude e frequência- é mostrada uma clara falta de vontade por parte da empresa solicitante para satisfazer o critério 6.8. do FSC.

"Nesse caso, o certificador deve estabelecer se tal falta de compromisso representa uma falha séria do Princípio 1, o que pode ter efeitos sobre a certificação da Unidade A."

Enquanto isso, o "Padrão de Madeira Controlada" do FSC de 2004 exclui "a madeira obtida de árvores geneticamente modificadas". Conforme isso, por tanto, parece que a pesquisa de árvores transgênicas e sua plantação são permitidas contanto que essa madeira não termine em um produto com o selo do FSC. Mas a "madeira controlada" do FSC depende da informação da empresa que não é avaliada independentemente.

No dia 23 de agosto de 2007, escrevi para André de Freitas, diretor de Políticas e Padrões do FSC, solicitando um esclarecimento sobre a posição do FSC quanto às árvores GM. De Freitas não respondeu a meu pedido.

Isso diz muito sobre a "clara posição" do FSC quanto aos OGMs.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrm@wrm.org.uy
<http://www.wrm.org.uy>

